

O novo cenário laboral latino-americano

Regulação, proteção
e políticas ativas
nos mercados de trabalho

Jürgen Weller
Editor



NAÇÕES UNIDAS

CEPAL

MINISTRY OF FOREIGN
AFFAIRS OF DENMARK



**O novo cenário laboral
latino-americano:
Regulação, proteção e políticas
ativas nos mercados de trabalho**

Jürgen Weller
Editor



Este documento foi elaborado no contexto do projecto CEPAL/Governo da Dinamarca “Mercados de trabalho, a proteção dos trabalhadores e o aprendizado permanente dos trabalhadores numa economia global: experiências e perspectivas da América Latina e do Caribe”.

Agradece-se a colaboração de Filipa Correia e Sandra Manuelito na revisão da tradução ao português.

As opiniões aqui expressas são de inteira responsabilidade do autor, não refletindo, necessariamente, a posição da CEPAL.

Índice

Prólogo.....	7
---------------------	----------

Capítulo I

Avanços e desafios para o aperfeiçoamento da institucionalidade trabalhista na América Latina

Avanços e desafios para o aperfeiçoamento da institucionalidade trabalhista na América Latina	11
A. A economia global e os desafios para os mercados de trabalho.....	12
B. Situação e evolução dos mercados de trabalho na América Latina e no Caribe.....	13
C. As instituições trabalhistas.....	18
D. A regulação do mercado de trabalho	21
E. A proteção frente ao desemprego.....	23
F. As políticas ativas do mercado de trabalho	27
1. A geração de emprego assalariado direto e indireto.....	27
2. A capacitação	28
3. Os serviços de emprego	29
4. O apoio ao autoemprego e à microempresa.....	30
G. Flexigurança e aprendizado permanente.....	31
1. Mercado de trabalho flexível	32
2. Segurança social.....	32
3. Políticas ativas do mercado de trabalho	32
H. A flexigurança e os desafios da região	35
1. As políticas ativas do mercado de trabalho	38
2. A proteção dos desempregados	39
3. A regulação do mercado de trabalho	40
I. Alguns aspectos estratégicos para o aperfeiçoamento da institucionalidade trabalhista ...	44

Capítulo II

O modelo dinamarquês de “flexigurança” e as lições pertinentes para a América Latina..

A. Diversos enfoques governamentais da adaptação	50
B. Pilares institucionais do modelo dinamarquês de flexigurança.....	51
C. Funcionamento do modelo dinamarquês de flexigurança	54

D. Políticas ativas do mercado de trabalho e estratégias de aprendizagem permanente	57
E. Elementos disfuncionais do modelo dinamarquês de flexigurança	63
F. Lições de política a serem aprendidas	64
G. Pertinência para os países latino-americanos	66

Capítulo III

Flexibilidade laboral e segurança do trabalhador: uma perspectiva argentina.....69

Introdução.....70

A. A situação do emprego e o quadro normativo das relações individuais	70
B. Sobre as relações coletivas de trabalho	72
C. Sobre a (in)eficácia das normas laborais	73
1. Ineficácia e trabalho sem registro	73
2. A inspeção do trabalho	74
D. A seguridade social	74
1. A cobertura da saúde	74
2. A cobertura do desemprego	75
3. Trabalho e família: normas laborais e seguridade social	75
E. As políticas do mercado de trabalho	76
F. A posição dos atores relevantes	78
G. Conclusões	79
1. Inevitáveis prevenções	79
2. A segurança do trabalhador na Argentina	81
3. A flexibilidade laboral	83
4. A flexigurança interna	84
5. A flexigurança externa	85

Capítulo IV

Flexibilidade e segurança no mercado de trabalho:

a busca da melhoria da proteção social dos trabalhadores brasileiros.....87

Introdução.....88

A. Regulamentação nas relações de trabalho: implicações para a flexibilidade do mercado de trabalho brasileiro e proteção social do trabalhador	88
B. O sistema de proteção aos desempregados	91
1. A evolução e a dimensão do seguro-desemprego no Brasil	91
2. Um sumário das distorções e as limitações no seguro-desemprego brasileiro	93
3. Breve histórico do FGTS como sistema indenizatório ao trabalhador demitido	93
4. As principais estatísticas do FGTS	94
5. O acesso dos desempregados ao setor da saúde e à Previdência Social	95
C. As políticas ativas no mercado de trabalho brasileiro: história, dimensão e balanço	95
1. Aspectos históricos da evolução das PAMT brasileiras	95
2. A evolução dos gastos com PAMT no Brasil	98
3. Um balanço das PAMT no Brasil	99
D. A posição dos principais atores sociais brasileiros diante da necessidade de reformas nas relações de trabalho e na seguridade social	101
1. A posição dos trabalhadores face às reformas trabalhista e sindical	101
2. A posição dos empregadores diante das reformas trabalhista e sindical	102
3. O governo federal e as reformas trabalhista e sindical	104

4. Os atores sociais e os esforços para se implantar um Serviço Público de Emprego no Brasil.....	105
E. O alcance e as limitações do modelo de flexicurity tendo em vista o fortalecimento do mercado de trabalho e a ampliação da proteção social aos trabalhadores no Brasil	106
1. A necessidade de reformas no caminho da flexicurity visando a inclusão social	106
2. Obstáculos, dificuldades e gargalos (bottlenecks) para as reformas em busca do fortalecimento do mercado de trabalho e ampliação da proteção social	108

Capítulo V

Flexibilidade, proteção e políticas ativas no Chile.....	111
A. Objetivo	112
B. Metodologia.....	112
C. Quadros institucionais: da (des)regulação à flexibilidade com proteção	112
D. Flexibilidade externa	114
E. Flexibilidade interna	117
F. Sindicalismo e negociação coletiva	119
G. Mudanças em matéria de proteção social	120
H. As políticas ativas	121
I. Os atores e o diálogo social.....	125
J. Avanços graduais e sustentados em matéria de flexibilidade com proteção.....	126
K. Conclusões e recomendações.....	127

Capítulo VI

México: as dimensões da flexigurança trabalhista.....	131
A. Um mercado de trabalho segmentado, flexível e submetido à pressão demográfica.....	132
B. Características e mudanças recentes na regulação do mercado de trabalho	135
1. Relações individuais de trabalho	135
2. Relações coletivas de trabalho	138
3. Inspeção do trabalho.....	141
C. Características e mudanças recentes nas políticas ativas do mercado de trabalho ...	142
D. Análise da posição dos atores mais relevantes	150
1. A posição do governo: introduzir mais elementos de flexibilidade	150
2. A posição dos sindicatos independentes e de alguns partidos políticos.....	151
E. Conclusões: o caminho para que a filosofia da flexigurança apoie o diálogo trabalhista	153

Capítulo VII

Desafios pendentes para implementar a flexigurança no Peru	157
Introdução.....	158
A. Políticas e quadro normativo.....	158
1. Políticas do mercado de trabalho.....	158
2. Setor privado: o sistema legal.....	159
B. Impacto, eficiência e posições com respeito ao quadro normativo.....	172

1.	Avaliação e impacto das reformas trabalhistas	172
2.	Eficiência das regras formais	173
3.	Posições dos atores relevantes no mercado de trabalho	174
C.	Flexigurança e ações pendentes	175
1.	A flexigurança como estratégia para evitar o viés setorial das reformas e mitigar a oscilação ideológica das políticas de mercado	175
2.	Debates pendentes	175
3.	Viabilidade e ferramentas para assegurar a flexigurança	176
D.	Conclusões	180

Capítulo VIII

Flexigurança com informalidade: opções e restrições	183
A. Conciliar flexibilidade com proteção: a flexigurança	184
B. Flexigurança na América Latina.....	184
C. Flexigurança e fatores limitantes estruturais.....	186
D. Informalidade: um conceito em evolução permanente	188
E. Informalidade: dimensões, estrutura e diversidade entre países.....	190
F. Exclusão ou escape: diferenciais de renda no setor informal.....	193
G. Informalidade, relação de trabalho e proteção social	195
H. Uma opção estratégica para a inclusão social e a competitividade.....	196
I. Cinco pilares estratégicos para a economia informal	198
1. Desenvolvimento produtivo e regulação das atividades informais	198
2. Direitos trabalhistas em empresas informais com capacidade de pagamento limitada.....	199
3. Medidas contra a insegurança e desproteção dos trabalhadores informais em empresas formais	201
4. Regulação de relações de trabalho difusas	203
5. Proteção social para os trabalhadores informais	203
J. Conclusões	205
Bibliografia.....	207

Prólogo

A geração de emprego continua sendo um imperativo da política econômica, posto que o bem-estar das famílias depende de sua quantidade e qualidade. No quinquênio 2004-2008 a América Latina registrou altas taxas de crescimento econômico, as mais elevadas em 40 anos, o que teve efeitos positivos na geração de emprego. Em compensação, em períodos de escassa expansão econômica, o aumento do emprego foi exíguo em quantidade e precário em qualidade. No entanto, o crescimento econômico não é o único que incide na quantidade e na qualidade do emprego.

Os três pilares da institucionalidade trabalhista, isto é, as regulações das relações individuais e coletivas de trabalho, a proteção contra o desemprego e as políticas ativas do mercado de trabalho, também desempenham um papel fundamental, dado que influem na dinâmica e nas características da oferta de trabalho, na quantidade e qualidade dos postos de trabalho gerados e na eficiência dos processos de busca de emprego e contratação, assim como nas condições e perspectivas das pessoas que ficam sem emprego.

O debate sobre a institucionalidade trabalhista, tanto no âmbito acadêmico como no político, não gira em torno de sua importância, sobre a qual não cabem dúvidas, mas sim sobre a obtenção de um desenho ótimo, e dele surgem duas posições principais. Os partidários da primeira

预览已结束，完整报告链接和

<https://www.yunbaogao.cn/report/index/report?>